

COESÃO TERRITORIAL

Tomada de Posição - 2024

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Infraestruturas	5
3. Serviços	9
3.1. Educação	10
3.2. Saúde	12
3.3. Transportes Públicos	13
3.4. Serviços de apoio ao cidadão	14
4. Economia	16
5. Demografia/Natalidade	20
6. Recursos Naturais e Ambiente	22
7. Organização e Autonomia do Poder Local/Regional	25

1. Introdução

O território português, com uma área de aproximadamente 92.000 km², revela uma configuração geográfica singular, em que o comprimento triplica a largura, somando-se os territórios das regiões autónomas (Madeira e Açores). Esta heterogeneidade territorial contribui para uma diversidade física e social que enriquece a nação, mas também apresenta desafios significativos para a Coesão Territorial. Neste documento, por simplificação, tomar-se-ão por territórios do interior aqueles consagrados na Portaria 208/2017 de 13 de julho. Segundo esta portaria, a classificação dos territórios vai além da localização geográfica e engloba critérios como a densidade populacional, o envelhecimento da população ou as acessibilidades dos territórios, classificando assim dois terços país como território do interior e incluindo cerca de 160 municípios que, de forma puramente geográfica, seriam considerados como territórios do litoral.

Nos últimos 60 anos, o território português tem passado por transformações profundas. A partir da década de 1960, com a modernização e a urbanização acelerada, assistiu-se a um movimento de concentração populacional nas áreas urbanas, especialmente em Lisboa e no Porto, que resultou no abandono das regiões do interior do país, tipicamente rurais. Este fenómeno de polarização urbana teve repercussões socioeconómicas, acentuando disparidades no acesso a serviços e infraestruturas. Durante este período, políticas públicas foram implementadas, visando promover o desenvolvimento rural e a coesão territorial. No entanto, as desigualdades persistem, refletindo a necessidade de um debate mais alargado do tema.

Os limites de Portugal, dos mais antigos da Europa, estabelecem um contexto que exige uma análise integrada das interações entre o território e as suas populações. Atualmente, a Coesão Territorial é um tema de urgência no debate público, refletindo a necessidade de abordar a interligação entre vários temas críticos: serviços, infraestruturas, sustentabilidade, economia, demografia, trabalho e organização política do território.

Estatísticas recentes revelam que cerca de 40% da população reside em áreas urbanas, enquanto as regiões interiores enfrentam um envelhecimento acelerado e uma significativa perda populacional. A taxa de natalidade, uma das mais baixas da União Europeia, reforça a necessidade de políticas que promovam a empregabilidade, o empreendedorismo e a acessibilidade a serviços essenciais como educação, saúde e justiça, geradores de uma substancial melhoria da qualidade de vida. O litoral representa cerca de um quarto do território, três quartos da população e concentra cerca de quatro quintos do rendimento nacional. A ligação entre as infraestruturas e a economia é igualmente evidente.

Investimentos em transportes e comunicações são cruciais para garantir a mobilidade e a acessibilidade, que são fundamentais para um desenvolvimento

regional equilibrado capaz de diminuir as disparidades entre litoral e interior.

A implementação de uma rede de transportes eficiente pode, por exemplo, impulsionar o acesso a mercados e oportunidades de emprego, promovendo a coesão económica.

A sustentabilidade considera-se igualmente um pilar central nas políticas de coesão, visto que a proteção ambiental e a promoção de práticas sustentáveis são essenciais para preservar os recursos naturais, garantindo que o desenvolvimento territorial não comprometa as gerações futuras. Neste contexto, a promoção de economias locais resilientes, que valorizem os recursos endógenos, pode ser um motor para o desenvolvimento equilibrado.

Reconhecendo o papel da sociedade civil como um ecossistema fundamental para a promoção do desenvolvimento equitativo, é igualmente imprescindível destacar a responsabilidade do Estado. Este deve agir como um agente dinamizador, não apenas implementando políticas que abordem as disparidades regionais, mas também criando um ambiente propício para a colaboração e a inovação. O Estado deve procurar facilitar a articulação entre diferentes instituições e empresas, promovendo parcerias que potencializam recursos e conhecimentos. Neste contexto, a responsabilidade do Estado deve ser dupla: ser um facilitador do desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, um regulador que assegure que as políticas implementadas respeitem os princípios da justiça social e da equidade territorial.

Para contrariar os desafios do subdesenvolvimento e as quebras demográficas, o Estado deve lançar iniciativas que promovam o investimento em infraestruturas essenciais, a formação e a capacitação profissional, e o acesso a serviços básicos de qualidade.

Diante desse panorama, a presente Tomada de Posição Política sobre a Coesão Territorial visa não apenas diagnosticar os desafios existentes, mas também propor soluções concretas e integradas, que promovam um desenvolvimento sustentável e inclusivo para todas as regiões de Portugal.

2. Infraestruturas

As infraestruturas desempenham um papel crucial na coesão territorial, uma vez que são a espinha dorsal que sustenta o desenvolvimento económico e social de uma região. Após o ímpeto de investimento coincidente com a entrada na UE, nos últimos anos Portugal tem abrandado o investimento na modernização e expansão das suas infraestruturas, nomeadamente as de carácter físico. No entanto, ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas para garantir que todos os cidadãos beneficiem de um acesso equitativo a serviços e oportunidades e que o país goza um crescimento equilibrado.

Em termos de infraestruturas físicas, o país tem uma rede rodoviária de aproximadamente 78.000 km e, contrastantemente uma rede ferroviária que se estende por cerca de 2.800 km. Embora a modernização da ferrovia, incluindo a eletrificação e a expansão das linhas de alta velocidade, tenha avançado, as regiões interiores ainda enfrentam desafios no acesso a transportes eficazes, nomeadamente a falta de ligação ferroviária entre as capitais de distrito. O investimento em portos e vias fluviais, em rios como o Tejo e o Douro são ainda escassos, resultando num subaproveitamento do transporte multimodal.

No que diz respeito ao apoio empresarial, as zonas industriais têm sido fundamentais para a atração de investimentos e a criação de emprego. No entanto, muitos centros de negócios enfrentam dificuldades em termos de acessibilidade e infraestruturas de apoio, o que limita a competitividade das empresas nas regiões menos desenvolvidas.

Paralelamente, as infraestruturas digitais têm-se tornado uma prioridade, especialmente com a implementação da tecnologia 5G. A cobertura de rede 5G está em expansão, mas ainda existem áreas rurais onde a conectividade é limitada. Dados recentes indicam que apenas cerca de 70% da população tem acesso a serviços de Internet de alta velocidade, o que sublinha a necessidade de continuar a investir em soluções digitais que possam apoiar a inclusão social e o desenvolvimento económico.

Na senda das infraestruturas devem ainda ser abordados os desafios do parque habitacional português, consideravelmente inferior ao de outros países europeus. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2021, a habitação pública representava apenas cerca de 2% do total do parque habitacional em Portugal, uma das menores percentagens da União Europeia. Em comparação, a média da União Europeia é de aproximadamente 9%, sendo conhecidos exemplos que ascendem aos 30% e valores superiores. Em Viena, Áustria, que conta com 50% de habitação pública a taxa de esforço é em média de 20%, enquanto em 8 outras grandes cidades da União Europeia, como Londres ou Paris, a mesma taxa pode chegar a 40% ou mais, OCDE – "Housing and Inclusive Growth" (2020).

A escassez de habitação acessível em áreas urbanas, aliada à degradação do parque habitacional nas zonas rurais, agrava a questão da coesão territorial. Estima-se que mais de 20% da população viva em condições inadequadas, o que evidencia a pertinência de políticas habitacionais que promovam a reabilitação urbana e a construção de habitação acessível numa perspectiva global do território, alinhada com uma atracção de população para as zonas menos povoadas.

O CNJ considera assim que a construção de infraestruturas eficientes, tanto físicas quanto digitais, são fundamentais para promover a coesão territorial e garantir um futuro sustentável e equitativo para todas as regiões do país.

O CNJ apresenta o seguinte conjunto de propostas:

1. Expansão da Rede Ferroviária Nacional

1. Entende-se que a infraestrutura ferroviária se encontra bastante subdesenvolvida, nomeadamente em ligações externas ao eixo Lisboa - Braga. Assim, propõe-se a criação de uma malha estratégica que privilegia as conexões transfronteiriças (Vilar Formoso, Caia e Vigo) e entre capitais de distrito, acelerando a execução do plano ferroviário nacional. Esta medida deve passar pela construção de novos circuitos ferroviários, mas também pela reactivação daqueles que foram desativados ao longo das últimas décadas, devendo a principal preocupação residir na oferta de um serviço padronizado a todos os cidadãos nacionais, assente em primeira instância na segurança ferroviária e no factor velocidade/tempo de ligação, não obstante a preocupação reconhecida com a sustentabilidade, conforto e digitalização permitida pela infraestrutura ferroviária.
2. Num horizonte temporal alargado, propõe-se a eletrificação de todas as linhas ferroviárias, por forma a contribuir para a diminuição de emissões de gases poluentes, encurtar tempos de viagem e, conseqüentemente, melhorar o conforto ao passageiro.

2. Capacitação do transporte ferroviário de Mercadorias

1. No que diz respeito ao transporte de mercadorias por via ferroviária propõe-se a adaptação da infraestrutura ferroviária à circulação de comboios de mercadorias de grande dimensão, numa lógica de uniformização com os padrões europeus, facilitando desta forma a entrada de bens em Portugal, bem como a exportação dos que cá são produzidos ou recebidos por via marítima, promovendo Portugal como uma porta de entrada de mercadorias na Europa.

3. Beneficiação das Infraestruturas de apoio às linhas ferroviárias

1. Dotar as estações ferroviárias existentes de condições de conforto ao passageiro, nomeadamente para pessoas idosas e de mobilidade reduzida durante todo o período de circulação de comboios. Estas condições passam pela eliminação de barreiras físicas, criação de salas de espera adaptadas à procura de passageiros e à utilização de equipamentos eletrónicos pessoais e a disponibilização de recursos mínimos de alimentação. Sempre que a infraestrutura física já existente o permita, a entidade gestora das estações ferroviárias deve articular com entidades privadas locais a exploração dos espaços para fins comerciais, facilitando os encargos financeiros associados em prol da prestação de serviços úteis aos passageiros.
2. Dada a baixa densidade populacional de certas regiões do território que dificultam, num curto prazo, o estabelecimento de redes de transportes públicos robustas, propõe-se o apoio à criação de parques de estacionamento (adaptados a mobilidade eléctrica) de utilização gratuita por parte dos usufruidores de passe/bilhete de comboio válido junto às várias estações ferroviárias, visando eliminar as barreiras associadas ao “last mile”.

4. Beneficiação das Infraestruturas Rodoviárias

1. No respeitante à rede rodoviária, deve-se promover um investimento na requalificação e remodelação das vias essenciais, dotando-as de características que conferem mais segurança, capacidade e conforto em detrimento do investimento em vias integralmente novas. Contudo, reconhece-se a obsolescência total de algumas infraestruturas rodoviárias face à procura, como seja a ligação Coimbra-Viseu (E801/IP3) que, sem prejuízo da aposta na transição para meios de transporte colectivos e sustentáveis, continua a exigir um projecto de raiz, que ofereça aos habitantes da sub-região das beiras uma ligação condizente com os padrões da rede rodoviária europeia em que esta ligação se encontra inserida.

5. Interligação de Pólos Industriais às vias de Comunicação

1. Dada a pequena dimensão do país, entende-se que deve ser desenvolvido um plano integrado para a dinamização de pólos industriais já existentes e/ou que venham a ser criados em regiões do interior, integrando-os nas várias plataformas logísticas intermodais, bem como na malha ferroviária e rodoviária. Entende-se que seria um factor crucial para a competitividade dos bens produzidos no interior, uma vez que se promovia uma conexão facilitada aos portos e aeroportos nacionais, bem como às redes europeias de distribuição.

6. Infraestrutura Digital e Conectividade do Território

1. No campo das vias de comunicação digitais, não obstante a preocupação dos recentes governos em reforçar a mesma, continua a existir uma cobertura débil de tecnologias de comunicação 3G, 4G e 5G. A garantia de disponibilidade constante desta tecnologia, revela-se crucial à implementação de tecnologias IoT com vista à gestão pública de locais mais remotos.
2. A baixa densidade populacional de certas regiões dificulta o estabelecimento de modelos rígidos de gestão do território, pelo que se defende o recurso a novas formas de organização Inteligente e colaborativa, com suporte nas tecnologias digitais, capazes de promover uma gestão mais flexível e, conseqüentemente, adaptada às necessidades dos cidadãos. A intervenção do poder central reside na necessidade de, junto da União Europeia, demonstrar o interesse de Portugal em estabelecer projectos piloto de “Smart Villages”, projecto que reforça o papel das áreas rurais na transição para uma sociedade mais sustentável, capacitada e competitiva.
3. Disponibilização de uma rede de internet pública de acesso gratuito no núcleo urbano de todas as freguesias do território nacional, preferencialmente em articulação com a existência de espaços de coworking e convívio social.
4. Analisar e disponibilizar dados sobre o sistema de transporte em Portugal e o seu impacto na acessibilidade e economia, visando a criação de estratégias de monitorização e avaliação que suportem a tomada de decisões políticas neste âmbito

7. Dinamização de Edifícios do Estado

1. As regiões do interior gozam de vários espaços públicos que foram sendo abandonados. Defende-se que a refuncionalização e ocupação destes espaços constitui uma oportunidade de o estado dar um sinal directo da sua preocupação em trazer dinamismo social e equidade de acesso a serviços públicos nos territórios do interior. Esta refuncionalização, que deve ser articulada com os planos estratégicos de desenvolvimento urbano (PEDU) destes territórios, é capital para a implementação dos serviços de proximidade enunciados mais à frente neste documento.

3. Serviços

Os serviços públicos são um pilar essencial da coesão territorial de um país, uma vez que garantem o acesso equitativo a direitos fundamentais e contribuem para a qualidade de vida da população. Nos últimos anos, Portugal tem vindo a enfrentar desafios significativos em áreas como a educação, a saúde, os transportes públicos e os serviços de apoio ao cidadão, muitos dos quais são dinamizados pelo Estado.

No setor da educação, Portugal tem avançado na melhoria do acesso e da qualidade do ensino. Atualmente, a taxa de escolarização para o ensino pré-escolar atinge cerca de 90%, e a taxa de conclusão do ensino secundário ultrapassa os 80%. No entanto, persistem desigualdades, especialmente nas regiões interiores, onde as escolas enfrentam dificuldades em atrair e reter docentes qualificados, existe menos oferta de estabelecimentos de ensino aumentando a distância que os estudantes têm de percorrer.

A saúde é outro sector crítico, onde as disparidades regionais são evidentes. Dados de 2023 indicam que a média de médicos por 1.000 habitantes é de 4,1, mas em áreas urbanas esse número pode chegar a 6, enquanto em zonas rurais cai para 2,5. Além disso, as listas de espera para consultas e procedimentos cirúrgicos continuam a ser uma preocupação, afetando especialmente as populações mais vulneráveis.

Nos transportes públicos, o investimento em redes de autocarros e comboios tem melhorado a acessibilidade em áreas urbanas. Contudo, as regiões menos densamente povoadas frequentemente carecem de serviços regulares, limitando a mobilidade dos cidadãos e a sua capacidade de acesso a oportunidades de emprego e serviços essenciais.

Os serviços de apoio ao cidadão, como a Justiça, a Segurança Social e as Lojas do Cidadão, também desempenham um papel vital na promoção da coesão territorial. Apesar de terem sido realizadas melhorias na digitalização e no acesso a estes serviços, muitos cidadãos ainda enfrentam dificuldades devido à localização e à disponibilidade limitada, particularmente nas áreas rurais e junto de um público mais envelhecido.

Também a necessidade de serviços culturais - artísticos e desportivos - é uma condição necessária para um país verdadeiramente democrática que deve ser garantido a todos e que encontra graves entraves no interior do país. Deve ser promovida a criação, manutenção e promoção de espaços de criação e de fruição cultural, como fator de diversificação da oferta local e regional, como fator de modernização e de valorização de particularidades regionais da cultura Portuguesa, como fator de atração para outros que cá vivem e trabalham, permitindo assim no interior a fruição de uma vida íntegra e digna.

A disparidade no acesso e na qualidade dos mesmos entre diferentes regiões continua a ser um desafio que precisa ser abordado de forma coordenada. A promoção de políticas que garantam a equidade no acesso a serviços fundamentais é crucial para fortalecer a coesão territorial e assegurar que todos os cidadãos possam beneficiar plenamente dos direitos e oportunidades disponíveis. O CNJ apresenta o seguinte conjunto de propostas:

A escassez de habitação acessível em áreas urbanas, aliada à degradação do parque habitacional nas zonas rurais, agrava a questão da coesão territorial. Estima-se que mais de 20% da população viva em condições inadequadas, o que evidencia a pertinência de políticas habitacionais que promovam a reabilitação urbana e a construção de habitação acessível numa perspectiva global do território, alinhada com uma atracção de população para as zonas menos povoadas.

O CNJ considera assim que a construção de infraestruturas eficientes, tanto físicas quanto digitais, são fundamentais para promover a coesão territorial e garantir um futuro sustentável e equitativo para todas as regiões do país.

O CNJ apresenta o seguinte conjunto de propostas:

3.1. Educação

1. Dinamização do Ensino técnico-Profissional

1. Os territórios com menor densidade populacional são tipicamente os locais que reúnem mais condições para o estabelecimento de actividades do sector primário e secundário. Contudo, atualmente em Portugal verifica-se a ausência de profissionais capacitados para dar resposta à procura do mercado de trabalho, pelo que defendemos um investimento na criação e/ou dinamização de cursos técnico-profissionais adequados ao contexto territorial. Esta medida passa por, de forma concertada a nível nacional, definir perfis de saída dos alunos das instituições de ensino para que, sem prejuízo da diversidade da oferta curricular e a liberdade de escolha, se criem planos curriculares com disciplinas e atividades orientados à formação dos profissionais de excelência mais procurados pelo tecido empresarial característico da região.

2. Dinamização do Ensino técnico-Profissional

1. Em linha com o disposto para o ensino profissional, defende-se igualmente uma valorização e diversificação do ensino politécnico a nível nacional. Nas regiões do interior do país essa valorização passa por suportar o desenvolvimento das competências de cada instituição no seu contexto territorial, promovendo uma estreita colaboração entre os seus estudantes e o tecido empresarial, social e cultural regional.

2. Promover um maior número de iniciativas de Universidades de Verão nas IES do interior, bem como um estímulo ao programa Almeida Garrett, por via de uma melhor divulgação que aquela existente.

3. Atração e retenção de profissionais da educação

1. Programas de incentivo para a fixação de jovens profissionais do sector da educação no interior do país, podendo os mesmo passar por um período de maior estabilidade numa mesma instituição de ensino ou pela criação de habitação específica para professores em regiões do interior, além da necessária valorização das suas carreiras profissionais.

4. Reforço da diversidade curricular para alunos do Ensino Obrigatório

1. Face à inevitabilidade de alguns concelhos do interior poderem vir a perder o ensino secundário e terciário em virtude da diminuição da população jovem, defende-se que exista uma redução do número de alunos para constituição de turma, por forma a garantir uma oferta educativa diversificada e próxima dos jovens cidadãos, ainda que o racional económico possa ser colocado em questão.
2. Em linha com a preocupação da medida anterior relativamente ao empobrecimento da experiência educativa, considera-se relevante o reforço do incentivo financeiro a projetos para atividades científicas/humanísticas e artísticas em escolas do interior, nomeadamente para alunos até ao 3º CEB, por forma a equivaler as oportunidades destes às dos alunos das escolas do litoral, cujo contexto social já facilita a promoção destas atividades.

5. Reforço da diversidade curricular para alunos do Ensino Obrigatório

1. O contexto em que diversas PME's surgiram no interior do país, leva a que muitos dos quadros que hoje as integram tenham uma curta ou inexistente formação académica. Numa lógica de capacitação, defende-se que as IES do interior desenvolvam programas de micro-credenciais articulados com as necessidades do tecido empresarial regional. Considera-se ainda que devia haver um alargamento das vagas dessas instituições para o ingresso de alunos maiores de 23 anos, nomeadamente em áreas de conhecimento transversal como Gestão, Contabilidade ou Turismo.
2. Reforçar o apoio do complemento de deslocação para alunos de IES, contemplando a diferença entre a região de residência e a região em que se insere a respectiva instituição de ensino;

6. Facilitação da Mobilidade dos Estudantes

1. Alargamento do Passe Social Gratuito a todos os jovens que, tendo mais de 23 anos, continuem a ser estudantes ou tenham concluído os estudos há menos de

2. Reforço dos transportes escolares em locais onde não exista oferta pública adequada.

7. Remodelação das infraestruturas educativas

1. Remodelação das instalações de ensino cuja acentuada degradação infraestrutural condiciona o seu bom funcionamento, com consequências para alunos e docentes.

3.2. Saúde

1. Atração e Retenção de Profissionais de Saúde

1. A prestação de cuidados de saúde assenta impreterivelmente na existência de profissionais de saúde. As regiões do interior sofrem particularmente os impactos decorrentes da ausência destes profissionais, pelo que se defende a criação de incentivos de trabalho que atraiam e fixem os profissionais de saúde. Assim, para além dos incentivos monetários já existentes, devem ser criados incentivos relacionados com as condições de trabalho e melhoria de infraestruturas, bem como considerada a progressão na carreira.
2. O desempenho de um profissional de saúde depende, não só, mas também do aperfeiçoamento profissional e da atualização de conhecimentos em contexto de prática clínica ao longo da sua carreira. Assim, defende-se que os trabalhadores da área da saúde colocados em territórios do interior possam desenvolver ações de aperfeiçoamento profissional e/ou atividades de investigação em estabelecimentos de saúde com uma atividade mais alargada, sem perda de quaisquer direitos ou regalias e com direito a ajuda de custo e despesas de transporte. Esta medida constitui também uma variável adicional à promoção da fixação de jovens profissionais em instituições de saúde dos territórios do interior.

2. Expansão dos Cuidados de Saúde Básicos Próximos e Flexíveis

1. Sem prejuízo da pertinência do contacto próximo no que aos cuidados de saúde diz respeito, considera-se que a telemedicina deve ser considerada para cuidados de saúde básicos, por forma a chegar a territórios mais remotos. A aplicação desta telemedicina deve ser numa lógica de complementaridade aos cuidados presenciais e deve ser dinamizada em conjunto com ferramentas já existentes no SNS como, por exemplo, a aplicação SNS 24.
2. Reforçar a rede de unidades de cuidados de saúde móveis para garantir um contacto de proximidade mesmo com pequenas terras remotas de muito baixa densidade populacional que não justificam a existência de infraestrutura física permanente;

3. Integração dos Sistemas de Saúde com vista à resposta ao utente

1. Por se considerar que em matéria de saúde o foco do estado deve ser a prestação de cuidados de saúde à população, defende-se a integração de cuidados de saúde primários e secundários com o sistema privado e social com vista ao cuidado à população, nomeadamente em territórios de baixa densidade onde há escassez de infraestruturas e o foco deverá ser em rentabilizar as existentes ao invés de criar estruturas concorrentes. A integração deve ser devidamente articulada com o novo sistema de ULS;
2. Colaboração entre freguesias na prestação de cuidados à população afetos à temática da saúde como seja o apoio psicológico.
3. Melhoria das infra estruturas hospitalares das unidades de cuidados de saúde.

3.3. Transportes Públicos

1. Alargamento da frequência e periodicidade dos transportes públicos de longo curso

1. A orografia do território, aliada ao subdesenvolvimento das infraestruturas de transportes, leva a que actualmente as deslocações entre os centros urbanos e as regiões rurais seja relativamente demorada. Esta demora torna-se muitas vezes incompatível com a curta janela horária em que os sistemas de transportes públicos são disponibilizados para estas regiões, pelo que se considera impreterível um reforço da rede de transportes públicos a nível nacional, assente no aumento da frequência dos mesmos, alargando estes serviços a mais horários, nomeadamente no período noturno.
2. Reforço da rede de transportes públicos a nível nacional com um aumento da frequência dos mesmos entre os vários concelhos e as respectivas capitais de distrito, alargando assim estes serviços a mais horários, nomeadamente no período noturno.

2. Estabelecimento de Redes de Transporte Inter- e Intramunicipais

1. Com vista a suprir as necessidades de mobilidade nos territórios mais dispersos, julga-se essencial capacitar os municípios para a implementação de redes de transporte inter- e intra- municipais acessíveis a toda a população e com custos reduzidos para o utilizador, preferencialmente articuladas com os locais e horários de disponibilização dos serviços públicos (Educação, Cuidados de Saúde, etc);

3. Criação de Experiências de Mobilidade Integradas

1. O retalhado sistema de transportes nacional, leva a que qualquer deslocação a partir de pequenas cidades e concelhos envolva a intermutabilidade entre vários meios de transporte. Assim, entende-se que se deve facilitar a deslocação intra- e internacional por via de uma articulação entre os vários meios de transportes (ferroviários, rodoviário e aéreo) através do reforço de pontos de conexão entre estes e da compra de bilhetes integrados com um custo mais reduzido, maior eficiência operacional e energética e, por fim, maior comodidade ao passageiro face à sua compra em separado. Enquanto se preveem algumas dificuldades na articulação entre a oferta pública e privada, sugere-se que este modelo seja estudado primeiramente entre as empresas de transportes estatais.

3.4. Serviços de apoio ao cidadão

1. Diversificação das competências e serviços prestados nos balcões de apoio ao cidadão

1. Nos territórios de baixa densidade demográfica, reforçar e diversificar as competências nos serviços de registo, diversificando e aumentando a oferta de serviços de registo em todas as Lojas do Cidadão, ou, onde estas não estejam instaladas, nas conservatórias.
2. Alargar a oferta de entidades e serviços no catálogo dos Espaços do Cidadão;

2. Reabertura das infraestruturas do sistema judicial encerradas nos últimos anos

1. Restabelecer a existência de infraestruturas do sistema judicial pelo território e remodelação daquelas cuja degradação da infraestrutura condiciona o seu funcionamento.

3. Garantia de serviços básicos aos cidadãos de territórios remotos

1. Garantir a existência de serviços básicos um pouco por todo o território por parte empresas detidas pelo estado (como sejam a CGD) ou, que ainda que não sejam detidas pelo estado, prestem um serviço de utilidade pública como sejam os correios, as telecomunicações ou as entidades do sector energético.

4. Expansão da colaboração entre comunidades do interior e as FAP

1. Deslocalização e reforço dos contingentes militares disponíveis em territórios do interior, podendo os mesmo auxiliar nos cuidados necessários à monitorização do território, como sejam a vigilância do mesmo em períodos críticos de incêndio ou condições climatéricas adversas;

2. Considera-se que pode haver uma maior aposta em exercícios militares no Interior do país sempre que estas regiões reúnam as condições necessárias ao exercício das atividades em questão. Considera-se que estas atividades trariam um dinamismo e retorno interessante para as economias locais.

4. Economia

A economia de Portugal tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, refletindo tanto a recuperação pós-crise financeira de 2008, como a adaptação às novas dinâmicas globais e geopolíticas. O Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano nos últimos cinco anos, embora as desigualdades regionais se mantenham um desafio persistente. Enquanto regiões como Lisboa e o Algarve apresentam um crescimento robusto, com taxas de desemprego em torno de 6%, as regiões do interior, como o Alentejo e a Beira Interior, continuam a lutar contra taxas de desemprego que ultrapassam os 10%.

A distribuição dos setores económicos pelo território revela um tecido empresarial marcado por disparidades. As áreas urbanas concentram a maioria das indústrias e serviços, particularmente nas áreas de tecnologia, comércio e produção de produtos de alto valor acrescentado, ao passo que as zonas rurais dependem ainda fortemente de pequenas atividades empresariais, limitadas no seu potencial de geração de riqueza. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), aproximadamente 80% das empresas em Portugal são microempresas, muitas das quais operam em setores tradicionais, dificultando a inovação e o crescimento.

Em termos de oportunidades de emprego, as diferenças entre as regiões são acentuadas. Lisboa, por exemplo, é um polo de atração para jovens qualificados, oferecendo cerca de 40% das ofertas de emprego para qualificados em áreas como tecnologia da informação, engenharia e saúde. Em contrapartida, regiões como a Beira Alta enfrentam um desfaseamento, com uma oferta de emprego muito limitada, resultando em migrações de jovens para centros urbanos ou mesmo para o estrangeiro em busca de oportunidades de emprego concordantes com a sua qualificação, seja ela profissional ou académica.

A necessidade de alinhar a economia às características locais é imperativa. Regiões com potencial para desenvolver indústrias específicas, como energias renováveis no Alentejo ou turismo vitivinícola na região do Douro, podem criar oportunidades significativas de emprego e contribuir para a diversificação económica.

O investimento público (até para incentivar o privado); o emprego com direitos e a elevação das condições de vida; o apoio à produção como na agricultura, na pecuária, na floresta - privilegiando a pequena e média exploração e a exploração familiar; o apostar na reindustrialização, com a valorização da transformação industrial da matéria-prima regional, nomeadamente nas indústrias alimentar e extractiva são fundamentais para promover políticas que incentivem o desenvolvimento económico equilibrado, garantindo que todos os cidadãos, independentemente da sua localização, possam beneficiar de oportunidades equitativas no mercado de trabalho. A articulação entre as características locais e

as dinâmicas económicas é essencial para fortalecer a coesão territorial, repor o saldo geracional (desfasamento jovens/idosos) e garantir um futuro sustentável para Portugal.

O CNJ apresenta o seguinte conjunto de propostas:

1. Atracção de fundos europeus para apoio à competitividade e eficiência operativa das PME's

1. Dada o método de laboração relativamente tradicional de muitas PME's defende-se o aproveitamento de fundos europeus, para incentivar a transformação da indústria do interior em campos como a sustentabilidade, a automatização e a digitalização. Estas transformações promoverão a sua eficiência, competitividade e, por inerência, a contratação de profissionais qualificados.

2. Suporte a iniciativas empreendedoras de cariz local

1. Contemporaneamente, as iniciativas empreendedoras em territórios do interior são relativamente escassas, pelo que se defendem mecanismos diferenciados de apoio à criação destas iniciativas, sobretudo quando estas sejam capazes de potencializar os recursos materiais, locais e culturais da região. Os benefícios, ainda que possam variar bastante consoante a actividade da iniciativa em questão, podem passar pela atribuição de um espaço físico a um preço reduzido em local criado para o efeito, o auxílio à gestão de questões administrativas ou apoio à internacionalização do meio de negócio/produto suportando, a título de exemplo, a participação em iniciativas internacionais. Ainda nesta senda seria útil criar uma rede de divulgação e aconselhamento entre os empreendedores e os respectivos ministérios (ex: Ministério da Economia (IAPMEI), o Ministério da Agricultura, Ministério dos Negócios Estrangeiros (CPAI)).

3. Aposta na divulgação do enoturismo, bem como do turismo equestre e termal

1. Promoção do turismo diferenciado e endógeno, como sejam o turismo termal, o enoturismo ou o turismo equestre.

4. Articulação da rede nacional de espaços de coworking com as comunidades locais

1. Incentivos à criação de mais espaços de coworking, integrando a sua abertura com a exploração de outras necessidades ao seu dinamismo como sejam a habitação, os serviços e a disponibilidade de fibra óptica (combatendo as áreas brancas). A exploração dos serviços de suporte a estes espaços de coworking deve ser articulado com meios de negócio locais.

5. Incentivo à formação dos colaboradores de PME's

1. Criação de projetos de promoção da literacia digital e financeira para trabalhadores de PME's do interior em articulação com o sistema de ensino regional;
2. Reforço da divulgação dos estágios dinamizados pelo IEFP com vista à atracção de jovens para as empresas do interior do país;
3. Incentivos ao arrendamento (ex: redução de IMI/IMTIRC) e compra de habitação para famílias com menores de idade e residência em Portugal que pretendam mudar a sua residência fiscal para territórios do interior. As iniciativas devem ser alargadas a jovens que, já sendo do interior, pretendem emancipar-se e ter a sua própria habitação nestes territórios.

6. Promoção e criação de coletividades agrícolas

1. Promoção e incentivo à existência de coletividades de agricultores (Cooperativas Agrícolas, às Associações de Agricultores e Organizações de Produtores Agrícolas e Pecuários para capacitação técnica), incentivando e auxiliando os pequenos agricultores no escoamento do produto da sua atividade agrícola, bem como prestando apoio técnico em matéria de agricultura e pecuária.

7. Incentivo à fixação de empresas que explorem sustentadamente o potencial de cada região e se envolvam nas comunidades locais

1. Captação, em conjunto com a AICEP, de investimento para empresas que se venham a localizar em regiões do interior do país. Esta captação deverá ser acompanhada da definição de política de Zonas Económicas Especiais com vista à atracção de investimento, interligando e explorando as potencialidades de cada região;
2. Criação de incentivos para as empresas contratarem jovens desempregados nos territórios do interior do país, onde esta taxa pode ser mais elevada devido à escassez de oportunidade de emprego;
3. Benefícios para empresas com projetos de inovação social, de intervenção ou de contribuição de alguma forma para a região (do interior) onde estão inseridas.

8. Facilitação de circuitos curtos de comercialização para os produtos regionais

1. O desenvolvimento de políticas de comercialização no mercado interno, assim como campanhas de informação devidamente esclarecedoras junto do consumidor, fortalecendo as cadeias de distribuição e comercialização, nomeadamente dos produtos agrícolas regionais de qualidade reconhecida (DOP, IGP ou outros), apostando nos circuitos curtos de comercialização e na discriminação positiva da pegada ecológica nas compras públicas;

2. Estabelecimento de circuitos curtos de comercialização com burocracia facilitada, incentivando a promoção de projetos de ligação produção-consumo e de circuitos de venda direta das produções dos territórios rurais em espaços urbano.

9. Aposta na divulgação dos territórios do interior capacitados para realização de certames e congressos

1. Programa de captação de congressos internacionais e eventos para regiões do interior com infraestrutura condizente, passando o programa pela criação de um plataforma de divulgação e respectiva promoção em certames internacionais onde a marca "Portugal" é divulgada.

5. Demografia/Natalidade

A demografia e a natalidade são fatores cruciais que moldam o futuro do território português, refletindo não apenas as dinâmicas sociais, mas também as condições económicas e as políticas públicas em vigor. Nos últimos 50 anos, Portugal tem enfrentado profundas transformações demográficas, caracterizadas por uma acentuada diminuição da taxa de natalidade e um envelhecimento acelerado da população.

Desde a década de 1970, a taxa de natalidade tem vindo a decrescer de forma consistente, passando de cerca de 2,5 filhos por mulher em 1970 para apenas 1,4 em 2023, um dos valores mais baixos da União Europeia.

A par com a quebra da natalidade, o envelhecimento da população é outra preocupação crescente. Em 2023, aproximadamente 23% da população portuguesa tinha 65 anos ou mais, uma percentagem que se espera aumentar nas próximas décadas. Este envelhecimento é mais pronunciado em regiões menos densamente povoadas, como o Alentejo e a Serra da Estrela, onde as comunidades enfrentam a perda de população jovem e a crescente dependência de população idosa. Este desfasamento demográfico não apenas altera a estrutura etária, mas também afeta a dinâmica territorial, uma vez que as áreas mais envelhecidas tendem a sofrer com a diminuição da oferta de serviços e do desenvolvimento económico.

Particularmente alarmante é a situação dos jovens, que enfrentam dificuldades no acesso a emprego, habitação e educação, levando muitos a emigrar em busca de melhores oportunidades. Esta fuga de talentos acentua ainda mais o problema do envelhecimento em regiões que já se encontram em desvantagem.

A combinação da baixa natalidade e do envelhecimento populacional tem implicações significativas para a coesão territorial e o desenvolvimento regional. A escassez de jovens pode resultar na diminuição da força de trabalho e na redução da inovação, comprometendo o crescimento económico e a sustentabilidade dos serviços sociais.

A demografia e a natalidade em Portugal revelam um quadro desafiador que requer uma resposta integrada. É fundamental que as políticas públicas abordem não apenas a questão da natalidade, mas também promovam a fixação dos jovens nas regiões menos povoadas, garantindo que o futuro demográfico do país seja mais equilibrado e sustentável.

“Além disso, a criação de plataformas de diálogo e participação cidadã é crucial para garantir que as vozes das comunidades sejam ouvidas nas decisões que afetam o seu desenvolvimento. Este envolvimento ativo da população não só fortalece a coesão social, mas também assegura que as políticas sejam adaptadas às necessidades específicas de cada região.”

O CNJ apresenta o seguinte conjunto de propostas:

1. Efetivação de uma rede pública e gratuita de creches com cobertura do território interior do País;
2. Apoios que atraíam e promovam a fixação de jovens nas regiões do interior como a isenção de tarifa em transportes públicos ou apoios para aquisição de habitação;
3. Programas de investimento público que promovam a atividade económica nas regiões interiores do país, que criem mais empregos neste territórios, empregos esses que devem ser de qualidade, tanto em termos das condições de trabalho, da segurança da relação laboral, e da remuneração. Alavancando assim o setor privado a acompanhar estes desenvolvimentos no interior do país e reverter o trajeto de falta de emprego, sazonalidade e precariedade do trabalho, e baixos salários que atualmente caracterizam o interior do país devido a décadas de opções políticas desalinhadas com as necessidades das populações do interior do país.

6. Recursos Naturais e Ambiente

Os recursos naturais e a preservação do ambiente são fundamentais para a sustentabilidade do território português e para o bem-estar das suas populações. Nos últimos anos, o debate em torno da sustentabilidade tem ganho relevância, especialmente na sequência dos desafios impostos pela pressão demográfica e pelo consumo crescente de bens e recursos. O repovoamento de zonas de baixa densidade populacional emerge como uma estratégia essencial para equilibrar o uso dos recursos naturais e reduzir a pressão sobre os ecossistemas.

Estatísticas recentes indicam que cerca de 75% da população portuguesa vive em áreas urbanas, exercendo uma pressão significativa sobre os recursos naturais e os serviços ecológicos. Este fenómeno não só afeta a qualidade de vida nas cidades, mas também contribui para a degradação ambiental em áreas rurais, onde a despovoação tem levado ao abandono de práticas agrícolas sustentáveis. Promover o repovoamento nestas áreas pode aliviar a pressão demográfica sobre os centros urbanos, ao mesmo tempo que favorece a recuperação de ecossistemas e a manutenção da biodiversidade.

Além disso, a necessidade de um modelo eficaz de ordenamento do território é premente. O país tem enfrentado desastres ambientais, como os incêndios florestais devastadores que ocorreram em 2017 e 2019, que resultaram na perda de vidas, danos significativos à propriedade e à biodiversidade. Estes eventos sublinham a urgência de implementar práticas de gestão florestal que priorizem o equilíbrio dos ecossistemas, promovendo a regeneração da floresta e o uso sustentável dos recursos naturais. A integração de políticas de prevenção de incêndios, reabilitação de áreas afetadas e educação ambiental são essenciais para mitigar estes riscos.

A recuperação do equilíbrio territorial deve também contemplar a valorização dos ecossistemas e do turismo de natureza. Portugal possui uma rica biodiversidade e uma vasta rede de áreas protegidas, incluindo parques naturais e reservas, que devem ser geridas de forma articulada para maximizar o seu potencial turístico e ecológico. Incentivar o turismo sustentável pode não só contribuir para a economia local, mas também promover a conscientização sobre a importância da preservação ambiental.

A gestão dos recursos naturais é essencial para assegurar um futuro equilibrado para Portugal. A articulação entre o repovoamento de zonas de baixa densidade, o ordenamento do território e a valorização da natureza deve ser uma prioridade nas políticas públicas, garantindo que os ecossistemas sejam protegidos e que as comunidades possam prosperar de forma sustentável.

O CNJ apresenta o seguinte conjunto de propostas:

1. Elaboração de um Plano Nacional de Reflorestação e Monitorização

1. Plano Nacional de Reflorestação e respectiva monitorização, com especial enfoque nas regiões afectadas pelos incêndios.

2. Incentivo à manutenção da propriedade privada pelos seus detentores

1. Programa de manutenção. Apoios fiscais/financeiros para pequenos e médios proprietários que preservam os seus terrenos rurais, numa lógica de benefício ao proprietário cuidador face ao infractor. Numa lógica de investir na prevenção face depois ao valor investido na recuperação de zonas afectadas;
2. Estudar a elaboração de um modelo que permita que os proprietários rurais sejam remunerados pelos serviços ambientais que prestam à sociedade, nomeadamente pelo sumidouro de carbono e salvaguarda da biodiversidade resultante, por exemplo, da plantação de espécies autóctones, em detrimento de monoculturas.

3. Aposta na Formação e valorização das carreiras de Guardas Florestais

1. Reforçar a formação de guardas florestais para as comunidades locais, aproveitando algumas das infraestruturas já existentes;
2. Valorização das carreiras de guardas florestais.

4. Plano educativo para a educação florestal

1. Criação de parcerias entre as escolas e as entidades locais de forma a serem realizadas palestras, ou workshops com o fim de promover a educação florestal e ambiental. Na mesma lógica deve ser criado o mesmo tipo de iniciativas para a população em parceria com as autarquias locais.

5. Aceleração do Cadastro Florestal/Predial

1. Cadastro florestal completo e alargado a todos os territórios do país, de forma a serem identificados todos os proprietários dos terrenos, idealmente por meio de georeferenciação.

6. Redistribuição dos Terrenos declaradamente abandonados

1. Dinamização de um Banco de Terras por forma a atrair a instalação e/ou permanência de jovens agricultores, nomeadamente em territórios do interior, visando a dinamização do tecido económico, do mercado fundiário e ainda combatendo a ausência de manutenção destes terrenos abandonados.

7. Plano Nacional de Regadio

1. Elaboração de um Plano Nacional de Regadio com expressão territorial, económica, social e ambiental, capaz de responder a situações de emergência, designadamente, a construção de barragens de regadio em Moimenta da Beira e Armamar e execução plano de regadio do Mondego.

8. Incentivo ao desenvolvimento da agricultura

1. Apoiar o desenvolvimento de competências em agricultura de precisão em diferentes contextos territoriais, através do apoio a atividades de investigação, em estreita articulação com o tecido produtivo;
2. Estudar a elaboração de um modelo que permita que os proprietários rurais sejam remunerados pelos serviços ambientais que prestam à sociedade, nomeadamente pelo sumidouro de carbono e salvaguarda da biodiversidade resultante, por exemplo, da plantação de espécies autóctones, em detrimento de monoculturas;
3. Reconstituição das Direções Regionais de Agricultura e Pescas, com reforço de pessoal e meios.

9. Áreas de Baldio

1. Proceder à eliminação do coeficiente de redução da elegibilidade das áreas de baldio em todo o PEPAC, designadamente para as medidas do Eixo A e Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas;
2. Flexibilizar as regras de elegibilidade para efeito de apoio dos agricultores que utilizam as áreas de baldio e flexibilizar os procedimentos de reconhecimento da distribuição das áreas;
3. Permitir a elegibilidade das áreas de baldio aos ecorregimes, ou criar medidas compensatórias à perda rendimento;
4. Isente as áreas baldias do Pagamento de IMI, qualquer que seja a utilização económica do seu território, em parcelas isoladas ou no seu todo.

7. Organização e Autonomia do Poder Local/Regional

A organização política e a autonomia do poder local são pilares fundamentais para a gestão eficaz do território em Portugal. O modelo atual de governança territorial é composto por diversas entidades, incluindo as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), os executivos municipais e as Direções Regionais, cada uma com funções específicas que visam promover o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial.

As CCDR desempenham um papel crucial na articulação de políticas regionais, funcionando como intermediárias entre o governo central e as autarquias locais. Elas são responsáveis por coordenar iniciativas de desenvolvimento regional e gerir fundos comunitários, servindo como um importante suporte para os municípios na implementação de projetos locais.

Os executivos municipais, por sua vez, são a face mais próxima da administração pública para os cidadãos. Estes órgãos têm a responsabilidade de implementar políticas públicas, gerir serviços essenciais e promover o desenvolvimento económico e social das suas comunidades. A autonomia conferida às câmaras municipais permite que estas adaptem as suas ações às necessidades específicas da população local.

As Direções Regionais, que abrangem áreas como a agricultura, a saúde e a cultura, complementam a estrutura de governança, assegurando que as políticas setoriais sejam implementadas de forma coerente e eficaz em cada região.

No entanto, o modelo atual apresenta limitações e desafios que podem comprometer a eficácia da governança territorial. A falta de articulação entre as diferentes entidades pode resultar em sobreposições de competências e na fragmentação de políticas, dificultando uma abordagem integrada ao desenvolvimento regional. Além disso, a variabilidade de recursos e capacidades entre os municípios pode levar a desigualdades na implementação de ações políticas, criando disparidades que afetam a coesão territorial.

A necessidade de uma revisão do modelo de organização política é evidente. Uma abordagem mais colaborativa e integrada, que fortaleça a comunicação e a coordenação entre as CCDR, os executivos municipais e as Direções Regionais, poderia otimizar a aplicação de políticas e garantir que as ações sejam mais adaptadas às realidades locais. Além disso, o empoderamento das comunidades locais e a promoção da participação cidadã nas decisões políticas são essenciais para que as políticas públicas sejam mais eficazes e representativas das necessidades da população.

O CNJ apresenta o seguinte conjunto de propostas:

1. Redesenho dos processos de interação entre entidades políticas locais e nacionais, com vista a uma melhor fluidez de comunicação e rapidez de acção

1. A organização política e a autonomia do poder local são cruciais para a coesão territorial em Portugal, pelo que se propõe a melhoria do modelo existente, através de uma maior articulação entre as diversas entidades políticas, assegurando que as ações políticas respondem efetivamente aos desafios do território e das suas comunidades.

2. Descentralização de competências acompanhada das devidas condições

1. Descentralização de competências que tenha em conta o financiamento inerente a essa mesma passagem de responsabilidade, ressaltando que não existe sobrecarga dos sistemas de gestão local.

3. Maior representatividade dos territórios de baixa densidade populacional entre os deputados eleitos à AR

1. O vasto território do interior precisa reclamar políticas e atenção junto do Poder Central, nomeadamente na Assembleia da República. Este exercício tem vindo a ser dificultado pelo método de eleição que elege dependes apenas com base no número de habitantes, ausentando de representatividade os territórios que mais sofrem com o envelhecimento da população e o êxodo rural. Assim, propõe-se que seja estudada a possibilidade de criação de um círculo de compensação para distritos como Vila Real, Portalegre, Beja, Évora ou Castelo Branco à semelhança do que ocorre na região autónoma dos Açores.

